



# DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE INDIVIDUAL

# 20

# 23

---

PREFEITURA  
MUNICIPAL  
JOAQUIM NABUCO



PREFEITURA MUN. DO JOAQUIM NABUCO  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS</b> <a href="#">NOTA 01</a>							
EXERCÍCIO 2018	32.899,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.899,71
EXERCÍCIO 2019	26.596,80	0,00	1.876,37	0,00	0,00	0,00	24.720,43
EXERCÍCIO 2020	132.917,71	0,00	84.967,01	0,00	0,00	0,00	47.950,70
EXERCÍCIO 2021	3.886,23	0,00	1.475,73	0,00	0,00	0,00	2.410,50
EXERCÍCIO 2022	1.271.561,43	0,00	1.216.848,19	48.182,87	0,00	0,00	6.530,37
EXERCÍCIO 2023	0,00	1.490.333,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.490.333,45
Sub-total	1.467.861,88	1.490.333,45	1.305.167,30	48.182,87	0,00	0,00	1.604.845,16
<b>DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES</b> <a href="#">NOTA 02</a>							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	9.019,78	75.781,89	74.901,92	4.828,01	0,00	0,00	5.071,74
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	197.848,17	336.542,79	103.542,91	247.445,95	0,00	0,00	183.402,10
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.273,50	12.661,27	12.661,27	0,00	0,00	0,00	3.273,50
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.888,52	1.335,60	1.335,60	0,00	0,00	0,00	1.888,52
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.005,40	77.876,41	78.875,20	0,00	0,00	0,00	4.006,61
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	19.418,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.418,91
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	11.109,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.109,53
Sub-total	247.563,81	504.197,96	271.316,90	252.273,96	0,00	0,00	228.170,91
<b>TOTAL</b> <a href="#">NOTA 03</a>	1.715.425,69	1.994.531,41	1.576.484,20	300.456,83	0,00	0,00	1.833.016,07

CHARLES BATISTA DE MELO  
PREFEITO  
049.197.674-71

RAFAELA CISINA DOS SANTOS  
CONTADORA  
CRC PE Nº 032783/O-1





## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

### IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 10.192.441/0001-96, estando atualmente localizada na Praça Dom Luiz de Brito, 10, Centro de Joaquim Nabuco, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, o município de Joaquim Nabuco conta com 15.999 habitantes e sua economia baseia-se na agroindústria açucareira. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

A estrutura administrativa e operacional da prefeitura é composta por um quadro de 151 servidores, contratados por meio de concursos públicos, processos seletivos e nomeação direta, estes das mais variadas áreas de formação profissional. Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal [www.joaquimnabuco.pe.gov.br](http://www.joaquimnabuco.pe.gov.br).

### APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral da Prefeitura de Joaquim Nabuco integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de



Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitadas os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 1.168/2022 de 20/12/2022, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025;

Lei 1.166/2022 de 08/09/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023;

Lei 1.167/2022 de 20/12/2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Joaquim Nabuco para o exercício de 2023;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal [www.joaquimnabuco.pe.gov.br](http://www.joaquimnabuco.pe.gov.br).

A contabilização do exercício de 2023 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCPI, em todos os órgãos do município. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral da Prefeitura Municipal, referente ao exercício financeiro de 2023 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

## RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.







RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS <small>NOTA 01</small>							
EXERCÍCIO 2018	32.899,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.899,71
EXERCÍCIO 2019	26.596,80	0,00	1.876,37	0,00	0,00	0,00	24.720,43
EXERCÍCIO 2020	132.917,71	0,00	84.967,01	0,00	0,00	0,00	47.950,70
EXERCÍCIO 2021	3.886,23	0,00	1.475,73	0,00	0,00	0,00	2.410,50
EXERCÍCIO 2022	1.271.561,43	0,00	1.216.848,19	48.182,87	0,00	0,00	6.530,37
EXERCÍCIO 2023	0,00	1.490.333,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.490.333,45
Sub-total	1.467.861,88	1.490.333,45	1.305.167,30	48.182,87	0,00	0,00	1.604.845,16

#### NOTA 01 - RESTOS A PAGAR:

O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$ 1.467.861,88. Houve inscrição no total de R\$ 1.490.333,45, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 1.305.167,30 e cancelamento no valor de R\$ 48.182,87. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 1.604.845,16.

DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES <small>NOTA 02</small>							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	9.019,78	75.781,89	74.901,92	4.828,01	0,00	0,00	5.071,66
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	197.848,17	336.542,79	103.542,91	247.445,95	0,00	0,00	183.402,10
PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.273,50	12.661,27	12.661,27	0,00	0,00	0,00	3.273,50
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	1.888,52	1.335,60	1.335,60	0,00	0,00	0,00	1.888,52
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.005,40	77.876,41	78.875,20	0,00	0,00	0,00	4.006,20
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	19.418,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.418,91
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	11.109,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.109,53
Sub-total	247.563,81	504.197,96	271.316,90	252.273,96	0,00	0,00	228.170,91

#### NOTA 02 – DEPÓSITOS:

O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 247.563,81. Houve inscrição no total de R\$ 504.197,96, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 271.316,90 e cancelamento no valor de R\$ 252.273,96. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 228.170,91.

#### NOTA 03 - ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:

Houve acréscimo da dívida fluante entre os exercícios de 2022 e 2023 na ordem de R\$ 117.590,38, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 1.715.425,69, as inscrições totais foram de R\$ 1.994.531,41, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 1.576.484,20 e cancelamentos no valor de R\$ 300.456,83. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 1.833.016,07.

#### DESCRIÇÃO DOS ITENS MAIS RELEVANTES DOS DEPÓSITOS:

Relavância	Descrição da Natureza da Conta	R\$ (Exercício de 2023)	R\$ (Exercício de 2022)
1°	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	183.402,10	197.848,17
2°	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	19.418,91	19.418,91
3°	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	11.109,53	11.109,53

#### EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



## 2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

### **PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS:**

Não se aplica a este demonstrativo.

### **DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:**

Não se aplica neste demonstrativo.

### **RECONHECIMENTO DE INCONFORMIDADES QUE PODEM AFETAR A COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

### **AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2023, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

CHARLES BATISTA DE MELO  
Prefeito

ÁLVARO HENRIQUE QUEIROZ CORDEIRO  
Responsável pelo Controle Interno

RAFAELA CISINA DOS SANTOS  
Contadora CRC PE nº 032783/O-1